

OS IMPACTOS DAS VULNERABILIDADES SOCIOECONÔMICAS E DO ACÚMULO DE RESPONSABILIDADES NA SAÚDE EMOCIONAL DAS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA MORADORAS DA BARRA DO CEARÁ – FORTALEZA/CE

Taís Ingrid Pinheiro Rodrigues (1); Tamara Machado Leite (1); Adinari Moreira de Sousa (4)

(Universidade Estadual do Ceará – UECE, e-mail: tais.ingrid@aluno.uece.br, Universidade Estadual do Ceará – UECE, e-mail: tamara.machado@aluno.uece.br, Universidade Estadual do Ceará – UECE, e-mail: adinari.sousa@uece.br)

Resumo do artigo: O presente estudo foi construído como complemento do projeto de pesquisa já concluído *Famílias Matriarcais em Situação de Vulnerabilidade Social no Brasil*, elaborado pela autora principal deste artigo para conclusão da disciplina Metodologia do Trabalho Científico, ministrada aos graduandos do primeiro semestre do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará – UECE, no ano de 2015, que foi retomado e passou por modificações ao ser inserido no eixo de investigações das duas estudantes e de sua orientadora no Laboratório de Pesquisas e Estudos em Serviço Social – LAPESS, na mesma instituição acadêmica, em 2017. Assim, passou a ter como objetivo identificar as mais variadas situações de vulnerabilidade social e econômica enfrentadas pelas famílias matriarcais residentes no bairro Barra do Ceará – segundo bairro mais populoso da cidade de Fortaleza, capital do Ceará -, bem como destacar as múltiplas responsabilidades acumuladas pelas mulheres que as chefiam e entender quais os impactos dessa conjuntura para a saúde emocional das matriarcas. Para tanto, o procedimento metodológico utilizado abrangeu três etapas: a primeira consistiu na consulta às publicações bibliográficas que subsidiassem o referencial teórico, e a segunda que, por sua vez, caracterizou-se pela aplicação de dois questionários – um contendo 10 perguntas de cunho quantitativo, e outro com 7 indagações qualitativas – respondidos por uma amostra de 10 colaboradoras pertencentes a esse tipo de composição familiar (matriarcal), moradoras do bairro supracitado – processo classificado como pesquisa de campo. Além disso, realizou-se uma entrevista presencial e oral com essas mulheres em suas respectivas residências. Por meio das respostas às interrogações escritas, foi possível identificar o perfil socioeconômico do público-alvo, avaliar suas condições de vida (primeira sessão do questionário) e o nível de estresse a que as matriarcas estavam submetidas (segunda sessão do questionário). Já a parte do diálogo permitiu que estas, por meio da fala, explicitassem suas percepções acerca da realidade vivida. Para complementar o estudo, foram utilizadas informações da pesquisa anterior que possibilitaram fazer um resgate histórico acerca da formação das famílias matriarcais no Brasil a partir da compreensão de sua relevância dentro do processo de rompimento com a predominância do estereótipo patriarcal de composição familiar, considerando como problematização o fato destas enfrentarem situações de exclusão social como um resquício da ausência do homem na posição de liderança. Sendo anexadas, também, informações que caracterizaram o bairro em questão e o crescimento desse perfil familiar no local.

Palavras-chave: Vulnerabilidades Socioeconômicas, Acúmulo de Responsabilidades, Mulheres Chefes de Família, Saúde Emocional, Barra do Ceará.

INTRODUÇÃO

O presente estudo foi construído como complemento do projeto de pesquisa *Famílias Matriarcais em Situação de Vulnerabilidade Social no Brasil*, elaborado pela autora principal deste artigo para conclusão da disciplina Metodologia do Trabalho Científico, ministrada aos graduandos do primeiro semestre do

curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará – UECE, no ano de 2015, que foi retomado e passou por modificações ao ser inserido no eixo de investigações das duas estudantes e de sua orientadora no Laboratório de Pesquisas e Estudos em Serviço Social – LAPESS, na mesma instituição acadêmica, em 2017. Assim, passou a ter como objetivo central identificar as mais variadas situações de vulnerabilidade social e econômica enfrentadas pelas famílias matriarcais residentes no bairro Barra do Ceará – segundo bairro mais populoso da cidade de Fortaleza, capital do Ceará, de acordo com o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2010 -, bem como destacar as múltiplas responsabilidades acumuladas pelas mulheres que as chefiam e entender quais os impactos dessa conjuntura para a saúde emocional destas matriarcas.

O termo Famílias Matriarcais, trabalhado e discutido no decorrer deste trabalho acadêmico, faz referência à uma nova forma de composição familiar presente e demarcada constantemente na sociedade pós-moderna, sendo citados e debatidos diversos fatores que envolvem esse contexto familiar, no qual a mulher assume o papel de liderança, substituindo a autoridade da figura masculina e em decorrência disso, realiza múltiplas tarefas dentro e fora de sua casa. Segundo a definição de Radcliffe Brown (1973), uma organização familiar é matriarcal quando a descendência e sucessão do poder estão sob regência feminina, bem como quando há elevada autoridade da mãe para com os filhos.

Observa-se que, nas últimas décadas, houve um crescente e considerável aumento de novas composições familiares. Destas, as famílias chefiadas por mulheres, segundo o Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), já representam 37,3% do total de famílias no país – o que caracteriza o rompimento com muitos preceitos tradicionais, como a necessidade de se ter um homem no centro de uma composição familiar para que esta se mantenha coesa. A sociedade passou a lidar com novas formas de compreender o sentido de uma família, que perpassa, inclusive, os vínculos sanguíneos. Os desdobramentos que originaram esse processo de rompimento com o estereótipo tradicional, que era o patriarcal, possibilitaram uma maior liberdade para que todas as formações familiares pudessem organizar-se não apenas como a sociedade impõe, mas de acordo com suas condições e com sua própria vontade. Destaca-se, nesse sentido, a formação das chamadas *famílias matriarcais*, que são organizações compostas por uma figura feminina que assume as funções de liderança e executa inúmeras tarefas em benefício de sua prole, e que ganha notoriedade no presente artigo justamente por seu crescimento estar vinculado a importantes acontecimentos envolvendo o

gênero feminino, como: conquista da Lei do Divórcio, ingresso no mercado de trabalho, maior liberdade sexual, surgimento dos métodos contraceptivos, dentre outros.

Como também por esta composição familiar revelar, em determinados momentos, a existência de situações que põem as mulheres em um patamar de inferioridade em comparação aos homens, como o fato destas terem que assumir, de maneira independente, as responsabilidades de uma família não por opção, mas por lhes faltarem um subsídio paterno e social – mas que no mesmo instante destaca-se por oferecer contribuições ao processo de rompimento com as formações mais tradicionais há mais tempo e de forma mais intensa, enfrentando muito preconceito e uma notória exclusão por parte do Estado e da sociedade, levando-a, geralmente, a conviver com situações de vulnerabilidade social e econômica das mais variadas. Dessa forma, inúmeras questões surgiram ao longo dos anos e concretizaram-se na atualidade, necessitando de uma maior amplitude e de um olhar diferenciado. Segundo o antropólogo e evolucionista norte-americano Lewis Morgan (1989 apud CASTRO, 2005) o matriarcado existe desde a pré-história, onde o parentesco era dado pela mãe, de forma que antigamente, nos países ibéricos, os sete nomes da mãe apareciam no final do sobrenome dos filhos e ou filhas, e não no meio como é atualmente. Esse dado constitui uma referência que comprova a dimensão desse contexto familiar, que traz em seu histórico uma longa trajetória que resultou na situação de organização na qual se encontra.

A partir desta compreensão, a pesquisa foi descrevendo a trajetória da formação dessas famílias no Brasil, analisando suas contribuições para o processo de emancipação das mulheres, bem como os preconceitos que ainda sofrem por não terem a presença masculina na posição de liderança. Além disso, delimitou-se a analisar tal fenômeno no bairro Barra do Ceará, em Fortaleza, por este ter sido considerado o segundo bairro mais populoso da capital cearense, de acordo com o último Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), com 72.423 habitantes – o que caracterizou maior probabilidade de encontrar o público-alvo desejado -, bem como por ser o bairro mais antigo de Fortaleza, tendo, portanto, uma importância considerável para o desenvolvimento dos demais bairros e para a história do próprio estado do Ceará. Assim, o trabalho acadêmico se propôs a verificar o perfil das mulheres chefes de família, a analisar seu comportamento quando no convívio dos filhos e demais familiares, como também as condições de moradia, educação e trabalho às quais estas e sua prole estão submetidas no bairro supracitado, associando-as ao cenário brasileiro como um todo.

Portanto, o assunto tornou-se eixo central deste artigo em decorrência da necessidade de disseminá-lo aos estudantes do curso de Serviço Social da UECE, que precisam entender que, em seu exercício profissional, lidarão com pessoas oriundas de famílias em situação de vulnerabilidade e risco socioeconômico dos mais variados, no qual o perfil matriarcal ainda é bastante predominante. Por isso, as autoras do estudo acreditam que entender o processo histórico de formação desta composição familiar, à nível local e nacional, é de suma importância para a formação acadêmico-profissional dos assistentes sociais. Além disso, o fato das duas estudantes-pesquisadoras serem oriundas de famílias chefiadas por mulheres tornou-se crucial no momento da escolha do tema, que teve início como uma atividade para conclusão de uma disciplina cursada pela autora principal do artigo, em seu primeiro semestre de graduação, e seguiu como um dos objetos de pesquisa do Laboratório de Pesquisas e Estudos em Serviço Social – LAPESS da Universidade Estadual do Ceará -, no qual passou a contar com a colaboração da coautora supracitada. Do ponto de vista prático, espera-se que os resultados do estudo tenham contribuído e ainda contribuam para a divulgação do assunto. E que favoreçam o processo de ruptura com as percepções preconceituosas que ainda existem para com essa e outras composições familiares que vêm surgindo no Brasil e no mundo nos últimos tempos.

METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido a partir de pesquisa de mista composição: *quantitativa e qualitativa*. Sendo possível, assim, fomentar uma maior dimensão do problema pesquisado e trabalhado. Os dados da pesquisa de campo aqui apresentados, foram coletados entre maio e agosto de 2015, tendo como público-alvo as chefes de famílias matriarcais moradoras do bairro Barra do Ceará, localizado na cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará. O bairro foi escolhido por ser o segundo mais populoso da cidade, contendo 72.423 habitantes, e também por ser o mais antigo a compor o estado do Ceará. Informações mais atuais sobre a população do bairro foram coletadas pelas estudantes-pesquisadoras por meio do banco de dados do Google Acadêmico, em 2017, que divulgava o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2010 – o que caracterizou pesquisa bibliográfica. A partir disso, foi possível orientar e direcionar a pesquisa para a descrição do perfil dessas novas composições familiares.

Como já mencionado, a população do estudo foram as mulheres chefes de famílias matriarcais, das quais assumiam a

responsabilidade pelo sustento e manutenção. Foram aplicados a elas 2 questionários contendo 10 perguntas quantitativas e 7 qualitativas. Estas mulheres, por sua vez, foram selecionadas por método não probabilístico em decorrência da inacessibilidade à toda a população da Barra do Ceará. Segundo Celanni, Freire e Ramos (2005, p.56), esse é o melhor método utilizado para uma amostragem em que não se tem sorteio, sendo, portanto, uma amostragem intencional. Conforme Barbeta (2002, p.61), a amostragem é utilizada nas pesquisas científicas em que se quer conhecer uma característica da população, onde o que se observa é uma parte desta população, ou seja, uma amostra. A amostragem utilizada na pesquisa caracteriza-se pelo método não probabilístico, do tipo “amostragem de conveniência”.

A primeira etapa da pesquisa foi concluída, como supracitado, em agosto de 2015, com a descrição impressa das informações coletadas em referências bibliográficas, com o intuito de conhecer o perfil das mulheres chefes de famílias matriarcais em um nível mais global, dando consistência à fundamentação teórica. A segunda e terceira etapas da pesquisa foram compostas, respectivamente, por questionários de espécie quantitativa, qualitativa e entrevista presencial, com o intuito de descrever e obter informações mais delimitadas acerca da descrição do perfil das famílias matriarcais da Barra do Ceará e suas condições de vulnerabilidade social, realizados no mesmo ano. No ano de 2017, por sua vez, as informações bibliográficas foram atualizadas a partir da inserção do projeto no Laboratório de Pesquisas e Estudos em Serviço Social da UECE. Segundo Motta, Azevedo e Gomes (2005, p. 213) “o perfil socioeconômico dessas famílias conduz a um maior direcionamento dos resultados da pesquisa, observando de perto suas características de moradia, trabalho, estudo e saúde, campos necessários à uma qualidade de vida, muitas vezes, violados”.

Nas perguntas quantitativas, as colaboradoras assinalaram apenas com um X nas respectivas respostas, enquanto que nas perguntas qualitativas, formularam uma resposta mais subjetiva. A terceira parte, que foi a entrevista, consistiu em uma folha contendo uma avaliação do que as matriarcas achavam de suas condições de vida, onde as afirmações eram: GOSTO, NÃO GOSTO. Elas apenas marcaram um X na opção que melhor correspondesse à sua realidade. O principal objetivo dessa avaliação foi facilitar a conversa que ocorreu posteriormente entre a estudante-pesquisadora (autora principal) e as chefes de família. Os critérios utilizados e buscados para realizar a pesquisa com essas mulheres, foram: serem moradoras do bairro Barra do Ceará, chefes de família, terem filhos e considerarem-se

submetidas a condições de vulnerabilidade social e econômica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As respostas dadas pelas 10 colaboradoras no questionário quantitativo, permitiram a elaboração do seguinte perfil socioeconômico acerca delas e das famílias por elas chefiadas:

1. 40% dessas mulheres alegou possuir 2 filhos e apenas 10% informou ter mais de 3, o que revelou um certo controle em termos de natalidade;
2. 60% delas informou ser a única pessoa provedora do lar, o que confirmou a informação inicial da presente pesquisa: o número de famílias chefiadas pelo gênero feminino no Brasil tem crescido consideravelmente;
3. Ao comparar as perguntas do questionário referentes à idade das mulheres e de seus filhos, onde 40% delas afirmou ter entre 25 e 30 anos, foi possível inferir que, ainda que exista certo controle de natalidade, há um considerável nível de precocidade na maternidade das mesmas, visto que embora 50% tenha afirmado ter filhos com idade inferior a 5 anos, 30% ainda apareceu como composto por mães de filhos adolescentes;
4. 40% das entrevistadas se classificou como pertencente à cor/raça preta – o que mostra que, no Brasil, os traços do período escravista ainda aparecem muito forte no cotidiano das pessoas negras ou de cores que a descendem, principalmente em bairros periféricos, como é o caso da Barra do Ceará, no qual 70% das famílias chefiadas por estas mulheres convivem com uma renda mensal de apenas um salário mínimo, o que revela uma notória exclusão socioeconômica e racial;
5. Outro ponto que chamou a atenção das graduandas foi o fato de 42% das entrevistadas ter concluído o Ensino Médio ao mesmo tempo que menos de 1% conseguiu se inserir no nível superior de ensino, o que pode ter relação com a maternidade relativamente precoce e as responsabilidades à ela associadas com as quais as mulheres passaram a lidar;
6. 70% das mulheres alegou manter seus filhos regularmente matriculados em escolas, sendo estas, por sua vez, ministradas pelo poder público. Esse fato revelou a preocupação delas com a educação de seus filhos, provavelmente, pelo fato da maioria ter concluído pelo menos o Ensino Fundamental e saber a importância da educação. Como também pode indicar que almejam que seus filhos consigam ir mais longe que elas nos estudos, visto que menos de 1% delas conseguiu chegar ao nível superior.

Já no questionário qualitativo, as mulheres tiveram a oportunidade de avaliar suas condições de vida mais livremente, respondendo às seguintes perguntas:

1. Seu (s) filho (s) ajuda (m) com as atividades domésticas dentro de casa? Como?
2. Você sente alguma dificuldade em educar seu (s) filho (s) sendo “mãe solteira”? Se sim, por quê?
3. Você se considera uma mulher sobrecarregada de atribuições dentro e fora de casa? Se sim, por quê?
4. Você consegue dar conta de todas as tarefas que tem que cumprir dentro e fora de casa? Como?
5. Você acha que suas responsabilidades diárias lhe deixam estressada? Se sim, por quê?
6. Você sente sua família “excluída” socialmente? Se sim, por quê?
7. O que você gostaria que fosse feito para melhorar as condições de vida de sua família?

Destas perguntas, surgiram respostas muito semelhantes, onde 30% das entrevistadas afirmou não receber ajuda de seus filhos ou de outros parentes no que diz respeito às atividades domésticas dentro de casa e que, quando recebia, esse auxílio se resumia a lavar louças ou retirar o lixo. Ainda, 15% informou sentir dificuldades em educar os filhos por se sentir sobrecarregada de tarefas dentro e fora do lar e, o mesmo percentual revelou não conseguir, muitas vezes, dar conta de tudo. Outro dado considerável coletado nesse questionário foi que, o percentual de 32% delas assegurou sentir estresse em decorrência das múltiplas atribuições desempenhadas. Esse estresse, em muitos dos casos, provinha da frustração de não conseguir desempenhar todas as atividades cotidianas, ou por não conseguir oferecer aos filhos uma condição de vida de maior qualidade. Por fim, 23% disse considerar sua família excluída pelo poder público e pela própria sociedade. Como sugestão de reversão deste quadro, a maioria cobrou soluções exatamente do Estado, por meio de ações como o Programa Bolsa Família, que permitiriam à essas famílias terem uma renda maior e, conseqüentemente, acesso à melhor moradia, educação, lazer e etc.

Na entrevista oral, que primeiramente ocorreu de forma escrita – esta, por sua vez, serviu como uma espécie de “sondagem” -, as colaboradoras se auto avaliaram. Foram levadas a refletir acerca do bairro em que moravam, da escola em que os filhos estudavam, de seu trabalho e de seu próprio desempenho enquanto mães e chefes de família. Os resultados revelaram que 58% das mulheres estavam insatisfeitas

com o bairro em que moravam por este ser localizado em periferia, onde havia muita violência; e com as condições de trabalho às quais eram submetidas, pois, a maioria atuava em profissões de baixo status social, como empregada doméstica. O fato de trabalharem em atividades domésticas fora e dentro de casa, para essas mulheres, foi descrito como motivo de estresse, visto que a rotina do lar parecia se estender para o mercado de trabalho, tornando-se, portanto, repetitiva e cansativa. Um percentual de 34% revelou gostar da escola em que os filhos estudavam, porque era próxima de sua residência – o que facilitava o deslocamento deles. No entanto, destacou a precarização dos prédios em que as escolas estavam localizadas e reclamou da falta de professores. Como sugestão de como melhorar essa situação, a maioria das entrevistadas culpabilizou, mais uma vez, o Estado, ao dizer que o dinheiro de tantos impostos cobrados da sociedade deveria ir para a manutenção dessas escolas, e que projetos deveriam ser elaborados para assegurar a permanência desses estudantes, bem como para permitir um acesso de maior qualidade a setores como habitação e saúde.

Deste modo, a partir de uma observação mais minuciosa desses dados, pôde-se concluir que a condição das famílias chefiadas por mulheres no Brasil ainda é bastante precária, e que a exclusão socioeconômica sofrida por elas estaria ligada, em muitos dos casos, às questões de gênero, de raça e de classe. Isso foi afirmado a partir das informações coletadas no presente estudo, onde a maioria das participantes que se enquadrou no perfil de chefe de família e que contribuiu com a pesquisa de campo, era negra, de baixa escolaridade, mãe de dois filhos ou mais e convivia com a renda mensal de um salário mínimo oriundo de sua inserção em subempregos. Não podendo, portanto, manter os filhos em boas escolas, em moradia de qualidade e nem usufruindo de periódicos momentos de lazer. Segundo as autoras do presente artigo, isso é característica do modo de organização da sociedade capitalista que, apesar dos avanços, ainda retrocede ao pensar a instituição família como sendo patriarcal – onde as mulheres, por sua vez, deveriam cuidar apenas da casa, dos filhos e do marido, não se ocupando em funções no mercado de trabalho. Prova disto é que o Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2010 revelou que, as mulheres inseridas no mercado de trabalho receberam um salário 67% inferior ao dos homens, e que essas mulheres, por sua vez, eram brancas.

Portanto, a situação piorava quando se falava das mulheres negras, que tinham uma renda mensal 52% inferior à de mulheres brancas – o que caracteriza a existência de uma discriminação também racial e de classe, visto que,

com esses salários, dificilmente as mulheres (em especial, as negras) pertenceriam às classes mais abastadas. Deste modo, como afirmaram Celani, Freire e Mendes (2002), as chefias femininas crescentes no Brasil destacam-se por serem mulheres mais jovens, separadas, negras, pobres e com baixo nível de escolaridade. Geralmente, essas mulheres de camadas populares estão inseridas no mercado informal e com péssimas condições de trabalho e salários.

Além disso, as estudantes também perceberam uma certa acomodação das mulheres com as condições de vida às quais estavam submetidas. Estas, por sua vez, reconheciam as vulnerabilidades socioeconômicas enfrentadas por elas e seus familiares, entretanto, cobravam atitudes apenas do Estado – se desresponsabilizando do processo de mudança deste cenário. Como afirmaram Santos e Costa (2008), essas mulheres chefes de família são muito habilidosas na tomada de decisões e na superação de grandes desafios, mas ao mesmo tempo, revelam fragilidade diante de circunstâncias opressivas do sistema social injusto. Portanto, acabam ficando inertes, desejando que a situação mude, mas sem se posicionar de maneira ativa. Apesar das estudantes reconhecerem que o poder público contribui para que a exclusão dessas famílias aconteça e tenha elevado grau de obrigação na mobilidade social e econômica das mesmas, acreditam que todos devem participar desta caminhada, inclusive, as camadas excluídas – através de sua resistência e luta.

CONCLUSÕES

A partir dos dados levantados, foi possível compreender que as famílias chefiadas por mulheres apesar de passarem por constante crescimento a cada ano no Brasil, permanecem sofrendo com as vulnerabilidades sociais e econômicas das mais variadas. E que essas condições refletem resquícios do preconceito em torno do papel historicamente construído pela sociedade para a mulher, onde este, por sua vez, era inferior ao do homem. Assim, o fato dessa composição familiar envolver inúmeras conquistas alcançadas pelo gênero feminino em seu processo de emancipação, como inserção no mercado de trabalho, direito de votar, liberdade sexual, Lei do Divórcio e acesso a métodos contraceptivos acaba por também representar uma afronta ao que, durante séculos, foi tido como “padrão”. Este, por conseguinte, pregava que as atribuições que cabiam às mulheres eram casar, ter filhos e cuidar destes e do marido.

Além disso, os estudos revelaram que as desigualdades social e econômica ainda sofridas por estas famílias abrange também

preconceitos de ordem racial e classista, pois, o perfil predominante das chefes de família estudadas é de mulheres negras que convivem mensalmente com uma renda de, no máximo, um salário mínimo. Sendo isso, portanto, legado do longo período escravista vivido no Brasil que, até os dias de hoje, insere o negro, mesmo que veladamente, em condições de inferioridade se comparado às pessoas brancas. Prova disso foram os dados coletados pelo IBGE no Censo de 2010, que mostraram que as mulheres negras desfrutam de uma faixa salarial menor que a de homens e de mulheres pertencentes à cor branca. Ou seja, sofrem discriminação por serem mulheres e negras.

Deste modo, ficou evidente que a situação das famílias chefiadas por mulheres na Barra do Ceará não se difere muito do contexto das demais localidades do Brasil, visto se tratar, como supracitado, de uma situação que há séculos acompanha o desenvolvimento da sociedade como um todo e que, inclusive, é resquício de padrões de comportamento construídos pelos indivíduos e para os indivíduos. Excluindo, portanto, aqueles que a eles não se adequam. Nesse caso, o Estado, enquanto instituição responsável pela aplicação de políticas públicas, com suas medidas paliativas, apenas foi amenizando a situação ao longo dos anos, não conseguindo eliminar as disparidades econômicas e sociais que assolam a população excluída. O que se percebeu com a pesquisa, no entanto, foi que essas ações estatais causaram certa dependência e, em decorrência disso, dificulta o interesse das minorias em participar do processo de transformação de sua própria realidade – se restringindo em alguns momentos a apenas esperar que a condição se reverta via poder público.

No caso das chefes de família, as dificuldades socioeconômicas enfrentadas por seus familiares chegam ao nível de comprometer a própria saúde emocional destas mulheres que, como visto na coleta de dados da pesquisa de campo, sentem-se estressadas pela sobrecarga de responsabilidades no que concerne à manutenção do sustento do lar, bem como pela frustração de nem sempre conseguirem dar conta delas. Como dito por Santos e Costa (2008), elas possuem muita firmeza na tomada de decisões e no enfrentamento dos desafios cotidianos. Entretanto, ficou claro que erram ao não se posicionarem mais ativamente mediante o processo de transformação da realidade, incumbindo apenas o Estado por esta função – quando na verdade, Sociedade Civil (especialmente os nichos que sofrem exclusão) e o poder público são proporcionalmente responsáveis pelas mudanças ocorridas no cenário de um país.

Essa inércia, provavelmente, advém do próprio acúmulo de tarefas por elas desempenhadas, que as deixam cansadas, desestimuladas e até mesmo sem perspectivas de que algo mude – sendo mais cômodo reclamar e esperar que o “Estado-Providência” tome conta da situação. Isso também pode refletir, no caso do Brasil, a ideia construída historicamente de um Estado paternalista – que oferece ao povo “benefícios” e não direitos. Ou seja, representa relações clientelistas em que a população, por não usufruir de maiores níveis de escolaridade, não possui tanta clareza acerca de seus direitos, não conseguindo se posicionar e apenas esperando que o governante seja “gentil” e lhe ofereça subsídios necessários à sua sobrevivência, como um favor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. 5. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 14 ago. 2017.

BROWN, Radcliffe. **Estrutura e função na sociedade primitiva**; trad. de Nathanael C. Caizeiro. Petrópolis: Ed. Vozes, 1973. 213 p. - (Antropologia; v. 2).

CELANI, M. A.; FREIRE, M. M.; RAMOS, R. C. G. (Org.). **A abordagem instrumental no Brasil: um projeto, seus percursos e seus desdobramentos**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

MORGAN, Lewis Henry. Sociedade Antiga ou investigações sobre as linhas do progresso humano desde a selvageria, através da barbárie, até a civilização. In: CASTRO, Celso. **Evolucionismo Cultural**. Rio de Janeiro: Ed. Expresso Zahar, 2005.

MOTTA., A., AZEVEDO., E., GOMES, M. (2005). **Reparando a falta**: dinâmica de gênero em perspectiva geracional. Salvador: UFBA/ Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher, 2005. 206 p. - (Coleção Bahianas, v.10).

SANTOS, J.B.; SANTOS, M.S.D.C. Família monoparental brasileira. In: **Revista Jurídica**, Brasília, v.10, n.92, p.01-30, out. /2008 a jan. /2009.